

Prefeitura Municipal de Primavera
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
DEZEMBRO(31/12/2021)

Orçamento Programa - Exercício de 2021

CONSOLIDADO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES(I)	33.043.385,10	33.043.385,10	45.860.687,73	12.817.302,63
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.875.247,92	1.875.247,92	874.770,23	-1.000.477,69
Impostos	1.712.858,26	1.712.858,26	854.678,76	-858.179,50
Taxas	43.991,82	43.991,82	20.091,47	-23.900,35
Contribuição de Melhoria	118.397,84	118.397,84	0,00	-118.397,84
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	162.389,70	162.389,70	154.439,71	-7.949,99
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	162.389,70	162.389,70	154.439,71	-7.949,99
RECEITA PATRIMONIAL	151.527,51	151.527,51	81.758,81	-69.768,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.775,96	9.775,96	63,36	-9.712,60
Valores Mobiliários	141.751,55	141.751,55	81.695,45	-60.056,10
RECEITA DE SERVIÇOS	53.767,82	53.767,82	0,00	-53.767,82
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	29.327,90	29.327,90	0,00	-29.327,90
Serviços e Atividades referentes à Saúde	19.551,94	19.551,94	0,00	-19.551,94
Outros Serviços	4.887,98	4.887,98	0,00	-4.887,98
TRANSFERENCIAS CORRENTES	30.663.588,59	30.663.588,59	40.616.545,37	9.952.956,78
Transferências da União e de suas Entidades	18.248.592,88	18.248.592,88	24.248.544,97	5.999.952,09
Transferências do Estado e de suas Entidades	4.831.016,74	4.831.016,74	7.589.148,07	2.758.131,33
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.583.978,97	7.583.978,97	8.778.852,33	1.194.873,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	136.863,56	136.863,56	4.133.173,61	3.996.310,05
Multas administrativas, contratuais e judiciais	58.655,81	58.655,81	0,00	-58.655,81
Indenizações, Restituições e ressarcimentos	58.655,81	58.655,81	4.133.173,61	4.074.517,80
Demais Receitas Correntes	19.551,94	19.551,94	0,00	-19.551,94
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.866.461,36	2.866.461,36	35.093,75	-2.831.367,61
ALIENAÇÃO DE BENS	9.775,96	9.775,96	0,00	-9.775,96
Alienação de Bens Móveis	4.887,98	4.887,98	0,00	-4.887,98
Alienação de Bens Imóveis	4.887,98	4.887,98	0,00	-4.887,98
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.856.685,40	2.856.685,40	35.093,75	-2.821.591,65
Transferências da União e suas Entidades	2.491.064,19	2.491.064,19	35.093,75	-2.455.970,44
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	365.621,21	365.621,21	0,00	-365.621,21
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	35.909.846,46	35.909.846,46	45.895.781,48	9.985.935,02
REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	35.909.846,46	35.909.846,46	45.895.781,48	9.985.935,02
DÉFICIT (VI)			1.911.343,56	
TOTAL (VII) = (V+VI)	35.909.846,46	35.909.846,46	47.807.125,04	
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	
(UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)			0,00	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	
Superávit Financeiro		0,00	0,00	
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00	0,00	



1 de 2

Acesse em: <https://transparencia.primavera.pr.gov.br>

Documento Assinado

Prefeitura Municipal de Primavera

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Orçamento Programa - Exercício de 2021

DEZEMBRO(31/12/2021)



DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f)-(g)-(h)-(i)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	31.548.902,37	47.274.090,25	46.116.228,71	45.676.446,79	39.089.077,21	1.157.861,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.932.999,63	31.025.980,63	30.614.477,72	30.614.477,72	25.391.076,46	411.502,91
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	989,00	218.689,00	117.093,57	117.093,57	117.093,57	101.595,43
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.614.913,74	16.029.420,62	15.384.657,42	14.944.875,50	13.580.907,18	644.563,00
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	3.335.813,90	1.834.769,90	1.690.896,33	1.303.716,33	1.259.958,02	143.973,57
INVESTIMENTOS	2.714.971,76	1.170.285,76	1.034.503,40	647.323,40	603.565,09	135.982,66
INVERSÕES FINANCEIRAS	3.012,49	1.043,49	0,00	0,00	0,00	1.968,49
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	617.829,65	663.440,65	656.392,93	656.392,93	656.392,93	7.047,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(X)	1.025.130,19	80,19	0,00	0,00	0,00	1.025.049,99
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IV+X)	35.909.846,46	49.108.940,34	47.807.125,04	46.980.163,12	40.349.035,23	1.301.815,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)=(XI+XII)	35.909.846,46	49.108.940,34	47.807.125,04	46.980.163,12	40.349.035,23	1.301.815,00
SUPERÁVIT (XIV)			0,00			
TOTAL (XV)=(XIII + XIV)	35.909.846,46	49.108.940,34	47.807.125,04	46.980.163,12	40.349.035,23	1.301.815,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO (f)=(a+b+c+d+e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)				
DESPESAS CORRENTES	454.265,37	439.781,92	107.183,00	107.183,00	285.996,02	500.658,27
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.796,55	0,00	0,00	0,00	0,00	31.796,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	422.468,82	439.781,92	107.183,00	107.183,00	285.996,02	469.071,72
DESPESAS DE CAPITAL	1.130.030,11	387.180,00	431.989,57	371.893,71	6.226,90	1.139.089,50
INVESTIMENTOS	1.130.030,11	387.180,00	431.989,57	371.893,71	6.226,90	1.139.089,50
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.584.295,48	826.961,92	539.172,57	479.076,71	292.222,92	1.639.957,77

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO JAN A DEZ 2021
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANT (b)			
DESPESAS CORRENTES	8.608.458,84	6.587.369,58	1.353.888,51	347.474,97	13.494.464,94
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.689.648,74	5.223.401,26	935.400,15	11.418,16	11.966.231,69
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	918.810,10	1.363.968,32	418.488,36	336.056,81	1.528.233,25
DESPESAS DE CAPITAL	299.000,00	43.758,31	234.000,00	0,00	108.758,31
INVESTIMENTOS	299.000,00	43.758,31	234.000,00	0,00	108.758,31
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	8.907.458,84	6.631.127,89	1.587.888,51	347.474,97	13.603.223,25



MUNICIPIO DE PRIMAVERA – ESTADO DE PERNAMBUCO

INFORMAÇÕES GERAIS:

Município de Primavera. CNPJ: **11.294.378/0001-61**

Rua CEL> Bras Cavalcante, 42 – Centro - CEP: 55.510-000 Primavera/PE.

A Prefeitura Municipal de Primavera concebida quanto à natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. A população estimada pelo IBGE é de 14.831 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 1,0. Durante o exercício de 2021 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 200 de 23 de novembro de 2020 (LOA 2021). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

Dados do Gestor:

Nome: Dayse Juliana dos Santos. Cargo: Prefeito. Período de gestão: 01/01/2021 a 31/12/2021.

Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, inclusive as notas explicativas:

Nome: Julierme Barbosa Xavier. CRC-PE nº 17.454. E-mail: julierme@gmail.com / José Fernando Rodrigues Filho. CRC-PE nº 25.878/O-7.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este demonstrativo contábil foi elaborado em conformidade com o modelo definido pela Lei Federal 4.320/64, portaria conjunta STN/SOF Nº 02 de 22 de dezembro de 2016 e Portaria nº 877 de 18 de dezembro de 2018, que aprova o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição. Os procedimentos de registro, mensuração e evidenciação obedecem no todo ou em parte no que couber as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, publicadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a NBC T SP 16.6, e que se encontram em convergência de compatibilidade com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP.

Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

Os poderes (Executivo e Legislativo).

Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.



Resumo das políticas contábeis significativas:

O Balanço Patrimonial apresenta quadro principal dos ativos, incluindo na coluna do Ativo: Ativo Circulante (caixa e equivalente de caixa, créditos a curto prazo, Demais créditos e valores de curto prazo, investimentos e aplicações temporárias em curto prazo, variações diminutivas pagas antecipadamente) e Ativo Não Circulante (realizável a longo prazo: créditos a longo prazo, demais crédito e valores a longo prazo, investimentos temporários em longo prazo, variações diminutivas pagas antecipadamente; Investimentos, imobilizado, amortização e depreciação) No passivo este balanço apresenta quadro principal incluindo na coluna do passivo: Passivo Circulante (obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistências a pagar de curto, Empréstimos e Financiamentos a curto prazo, fornecedores e conta a apagar em curto prazo, obrigações fiscais em curto prazo, demais obrigações em curto prazo) e Passivo não Circulante o (obrigações trabalhista, previdenciárias e assistenciais a pagar de longo prazo, Empréstimos e Financiamentos a longo prazo, obrigações fiscais em longo prazo, provisões em longo prazo, demais obrigações em longo prazo). No quadro principal na coluna Patrimônio Líquido consta a conta mínima de resultados Acumulados. No quadro são evidenciados os ativos e passivos financeiros e permanentes, além do saldo patrimonial. Ao final do balanço são evidenciadas em quadro próprio as contas do sistema compensado com destaque para os atos potenciais de ativos e os passivos. O balanço mostra também as contas com o superávit/déficit do exercício e de exercícios anteriores, além de ajustes de exercícios anteriores. Neste demonstrativo constam colunas com os saldos do exercício anterior possibilitando a comparação de valores.

Bases de mensuração utilizadas:

Os Ativos e Passivos resultantes da execução orçamentária do exercício 2021 foram mensurados inicialmente a custo histórico com determina a Resolução 1.137/2008. No plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido à obrigatoriedade dos registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura).

Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alterações significativas no Balanço Patrimonial.

Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Patrimonial.



1. Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis:

1.1 Ativo Circulante

O saldo do Ativo Circulante deixado em 31/12/2021 soma R\$8.152.626,67. Aumentando em R\$ 4.222.696,10 em relação ao exercício de 2020 que foi de R\$ 3.929.930,57. O índice de liquidez corrente é relativamente baixo em 2021, atingindo apenas de 35,64%.

1.1.1 Caixa e equivalente de caixa

A soma do caixa e equivalentes de caixa em 31/12/2021 é de R\$ 5.892.253,47, houve um aumento expressivo com relação ao exercício de 2020, um aumento no valor de R\$ 3.565.346,88.

1.1.2 Créditos a Curto Prazo

Em 2020 a conta dívida ativa tributária de impostos foi apurado, reconhecido e acrescido no Balanço Patrimonial da Entidade o montante de R\$ 193.700,16 nesta conta que compõe os valores de Créditos a Curto Prazo, que somados a conta de Créditos Tributários a Receber no montante de R\$ 192.198,58 que permaneceu praticamente inalterada de 2020 para 2021, e ainda somado a conta redutora Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo no valor de R\$ (38.589,86). Portanto, totalizou um valor final no exercício de 2020 em Créditos a Curto Prazo o montante de R\$347.308,88. Já no exercício de 2021 foi apurado, reconhecido e acrescido no balanço Patrimonial a conta dívida ativa não tributária no montante de R\$ 148.775,22, que somados aos créditos tributários a receber, mais a dívida ativa tributária de impostos R\$ 171.248,09, menos a conta redutora de Ajustes de Perdas R\$ (26.808,77), finalmente chegamos ao montante total na conta Créditos a Curto Prazo R\$ 485.413,82, valor de R\$ 138.104,94 a mais do que o ano anterior.

1.1.3 Demais créditos e valores a curto prazo

Em 2021 os valores Realizáveis no curto prazo somam R\$ 1.774.959,78 composto por depósito especial, precatórios, reembolso de adiantamento de salário família e maternidade, outros créditos a receber e valores de curto prazo, por demais transações até o prazo do exercício seguinte. Houve um aumento até expressivo no valor de R\$ 519.244,68 em relação ao final do exercício de 2020.

1.2 Ativo Não Circulante

1.2.1 Ativo Realizável a Longo Prazo



Os ativos realizáveis a longo prazo representam os créditos Dívida Ativa tributária que foram de R\$ 592.201,12 menos a conta redutora de ajuste de perdas de créditos a longo prazo, que teve um montante de R\$ (57.469,56) em 2020 e ainda a conta demais créditos e valores a longo prazo no valor de R\$ 424.702,16, que permaneceu inalterada de 2020 para 2021. Sendo assim a soma destas contas representam um montante do ativo realizável a longo prazo no valor de R\$ 959.433,72. Para o exercício de 2021 foi apurado, reconhecido e acrescido ao Balanço Patrimonial dívida ativa não tributária no valor de R\$ 843.059,58, que somados a dívida ativa tributária R\$970.405,82, menos a conta redutora de ajuste de perdas de créditos de longo prazo R\$ (99.622,54) mais os demais créditos e valores a longo prazo, fechou-se a conta ativo realizável a longo prazo em um total de R\$ 2.138.545,02, sendo R\$ 1.179.111,30 a mais que o ano anterior.

1.2.2 Investimento

No exercício de 2021 houve participações permanentes avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no valor total de R\$ 900.840,32, correspondente à participação em contratos de rateio com Consórcios, indicando um aumento no valor de R\$ 256.236,76 em relação ao exercício de 2020.

1.2.3 Imobilizado

Imobilizado aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e controle desses bens. O valor do imobilizado ao final do exercício de 2020 totalizou R\$ 13.302.112,50. No exercício de 2021 chegou ao montante de R\$ 14.300.369,78 sendo:

Descrição	2020	2021
Bens Móveis	7.327.786,73	7.868.284,34
Bens Imóveis	6.922.778,66	7.461.594,02
Total	14.250.565,39	15.329.878,36

No decurso do exercício de 2021 foram efetuadas as incorporações sintéticas ao patrimônio municipal nas contas Bens Móveis (aumento de R\$ 540.497,61 em relação ao ano de 2020) e Imóveis (aumento de R\$ 538.815,36 em relação ao ano de 2020), enquanto que as notas fiscais e documentos decorrentes das aquisições também instruíram o cadastramento. Historicamente nas contas Bens Imóveis, registrado o valor global dos imóveis desmembrado. É relevante informar que no plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, portaria nº 548 de setembro de 2015, item 3.3.3 – Prazos ficou estabelecido à obrigatoriedade dos



registros contábeis para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bem do patrimônio cultural e de infraestrutura). Tem indicador permanente.

1.2.4 Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas

Os valores da depreciação acumulada (bens móveis) foram obtidos com a mesma metodologia do ano anterior, em 2021 está acumulada em R\$ 369.092,73 e em 2020 foi de R\$ 334.130,99. Em 2021 foi apurado e acrescido no Balanço Patrimonial da Entidade valores da amortização acumulada (bens imóveis) que totalizaram R\$ 660.415,85 e em 2020 havia sido de R\$ 614.321,90. Fechando a conta redutora de Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas no exercício de 2021 em R\$ (1.029.508,58) e em 2020 totalizou um total de R\$ (948.452,89).

1.3 Passivo Circulante

O valor total do Passivo Circulante totalizou em 2021 o valor de R\$ 22.874.628,19, um aumento expressivo com relação ao exercício anterior no montante de R\$ 5.677.147,86.

1.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

São as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais empregados ou servidor tenha direito; aposentadoria reforma pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo estão compreendidos nesse grupo Pessoal a Pagar e Encargos sociais a Pagar, no exercício de 2021 obteve um valor de R\$ 13.391.374,08. Houve um aumento expressivo com relação ao ano anterior no valor de R\$ 4.707.398,90, praticamente por conta dos Encargos Sociais a Pagar.

1.3.2 Empréstimos e Financiamentos a curto prazo:

Foi apurado e acrescido no balanço patrimonial de 2021 a conta empréstimos e financiamentos a curto prazo sobre juros de contratos de empréstimos e financiamentos que totalizaram um montante total de R\$ 92.850,70.

1.3.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo:

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, além de precatórios de contas a pagar, contudo, no exercício de 2021 somou um montante de R\$ 1.775.997,61. Houve um aumento desse passivo com relação ao exercício de 2020 no valor total de R\$ 437.734,54.



1.3.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende obrigações com parcelamentos da união, em 2021 quitou seu passivo da conta PIS/PASEP a recolher, onde em 2020 havia sido no valor total de R\$ 8.557,22.

1.3.5 Demais Obrigações à Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive consignações, depósitos não judiciais, outros valores restituíveis e consórcios a pagar dessas obrigações, sendo o valor em 2021 no total de R\$ 7.614.405,80. Houve um aumento expressivo com relação ao exercício anterior no valor de R\$447.721,04, que basicamente ocorreram por conta da conta analítica de consignações e consórcios a pagar.

1.4 Passivo Não Circulante

1.4.1 Obrigações Trabalhistas, previdenciárias e Assistenciais:

São as obrigações referentes a Contribuições Previdenciárias – Débito Parcelado a pagar com vencimento em longo prazo está compreendido nesse grupo em 2021 no montante total de R\$18.135.562,95, devidamente compatível com os valores apontados no Relatório E-CAC fornecido pela Receita Federal do Brasil com posição em 31/12/2021. Houve um aumento nesse débito com relação ao exercício anterior, sendo o aumento de R\$ 740.251,67. Tem indicador permanente.

1.4.2 Fornecedores e Contas a pagar a Longo Prazo:

Em 2020 essa conta tinha a pagar o valor irrelevante de R\$ 310,09, já em 2021 passou a ter um valor a pagar de R\$ 4.754,12, um montante a mais em relação ao exercício anterior de R\$ 4.444,03.

1.4.3 Obrigações Fiscais a Longo Prazo

Do exercício de 2020 para o exercício de 2021 os valores de tributos federais renegociados e outros tributos e contribuições federais a recolher permaneceram inalterados seus valores a pagar a longo prazo, totalizando um total de R\$ 55.548,69.



1.4.4 Demais obrigações a longo prazo:

Valor de outras obrigações a longo prazo a pagar que somam no exercício de 2021 o montante de R\$19.017,00, onde em 2020 tinha um valor a pagar de R\$ 24.006,00, ou seja, tendo uma redução da dívida e pagar no total de R\$ 4.989,00.

1.5 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. O saldo patrimonial do exercício de 2020 foi deficitário de R\$ 15.836.576,04 e ao final do exercício de 2021 também totalizou um saldo deficitário, no valor de R\$ 15.597.129,16 (compõe o PL: superávits ou déficits do exercício e dos exercícios anteriores). Houve uma redução do saldo deficitário do Patrimônio, onde apurou-se de 2020 para 2021 um total de R\$ 239.446,88 resultado do superávit do exercício apurado. Tem indicador permanente.

1.6 Outras Informações relevantes:

1.6.1 Passivos contingentes e compromissos contratuais reconhecidos.

Não houve registro e execução de passivos contingentes.

1.6.2 Divulgações não financeiras:

Não foi necessário adotar política de gestão de risco financeiro pela entidade.

1.6.3 Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

1.6.4 Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.

Não houve ajustes decorrentes da omissão e erros de registros.



NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO

O Balanço Orçamentário foi publicado com o detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando:

Para as receitas:

- a) Previsão Inicial: 35.909.846,46 (Trinta e cinco milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- b) Previsão Atualizada: 35.909.846,46 (Trinta e cinco milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- c) Receita Realizada: 45.895.781,48 (Quarenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos), representando um percentual de execução orçamentária de 127,81% da receita prevista;
- d) Saldo Realizado a maior: 9.985.935,02 (Nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e cinco reais e dois centavos).

Para as despesas:

- a) Dotação Inicial: 35.909.846,46 (Trinta e cinco milhões, novecentos e nove mil, oitocentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos);
- b) Dotação Atualizada: 49.108.940,34 (Quarenta e nove milhões, cento e oito mil, novecentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos);
- c) Despesa Empenhada: 47.807.125,04 (Quarenta e sete milhões, oitocentos e sete mil, cento e vinte e cinco reais e quatro centavos);
- d) Despesa Liquidada: 46.980.163,12 (Quarenta e seis milhões, novecentos e oitenta mil, cento e sessenta e três reais e doze centavos);
- e) Despesa Paga: 40.349.035,23 (Quarenta milhões, trezentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco reais e vinte e três centavos);
- f) Saldo da Dotação: 1.301.815,30 (Um milhão, trezentos e um mil, oitocentos e quinze reais e trinta centavos).

MCASP – 8ª
Edição



MCASP – 8ª Edição		Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta resolução: Foram procedidas suplementações autorizadas pela Lei Municipal n.º 200 de 23/11/2020 LOA (art. 7) até o limite de 40%, excluídas as exceções (art. 22 da LDO 198/2020 de 02/09/2020), representando a importância de R\$ 14.363.938,58 (Catorze milhões, trezentos e sessenta e três mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), tendo sido utilizado R\$ 22.725.039,50 (Vinte e dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, trinta e nove reais e cinquenta centavos) apresentando um percentual de 63,284%, excluídas suas exceções que representaram um total de R\$ 14.488.046,86 (Catorze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) representando um percentual de 40,346%, o resultado final considerado sobre a lei orçamentária de R\$ 8.236.992,64 (Oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos), representando um percentual de 22,938%, dentro dos limites estabelecidos pela legislação da espécie, devidamente evidenciado no Quadro Constante do próprio Balanço Orçamentário. Houve um aumento em relação à dotação inicial com a dotação atualizada geral do município no valor de R\$ 13.199.093,88, devido à abertura de crédito de suplementação por excesso de arrecadação no exercício nos meses de maio e dezembro de 2021 e também abertura de crédito especial por excesso de arrecadação no mês de outubro de 2021 do recurso vido da Lei Aldir Blanc. Ao final do exercício com todas entidades consolidada do município de Primavera-PE, foi apurado um déficit orçamentário no montante total de R\$ 1.911.343,56 (Um milhão, novecentos e onze mil, trezentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos). Contudo, o ente consolidado utilizou-se deste mecanismo de excesso de arrecadação para aumentar sua dotação inicial no montante de R\$ 13.199.093,88 (Treze milhões, cento e noventa e nove mil, noventa e três reais e oitenta e oito centavos), conforme demonstra o Balanço Orçamentário.
MCASP – 8ª Edição		A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário. Não foram utilizadas como fonte de recursos para reabertura de créditos do superávit financeiro, não trazendo impactos significativos para o resultado orçamentário proposto.
MCASP – 8ª Edição		As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária. Não foram procedidas atualizações monetárias, haja vista, ausência de previsão legal.



MCASP – 8ª Edição	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente. Neste município, adotamos o critério pela manutenção do controle de restos a pagar não processados liquidados separadamente para fins de melhor evidência do resultado orçamentário e consequentemente do resultado patrimonial.
MCASP – 8ª Edição	Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentária do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada. No Município de Primavera, não temos a adoção de RPPS Municipal e os recursos vinculados existentes na Tesouraria em 31/12/2016 foram aplicados com a destinação específica estabelecida pela Legislação de cada programa, não configurando aplicação diversa da pactuação dos programas.
MCASP – 8ª Edição	O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social. No Município de Primavera não foi criada o RPPS Municipal, estando os servidores efetivos, comissionados e contratos vinculados ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social.